

Pauta Congressista da Confederação Nacional de Municípios, contendo as principais matérias de interesse da Entidade, referente a semana do dia 14 a 18 de outubro de 2019.



PLENÁRIO/DATA: 15/10/2019 (após a sessão do Congresso às 16h)

ITEM 2 – MPV 890/2019 – Programa Médicos pelo Brasil - que institui o Programa Médicos pelo Brasil, no âmbito da atenção primária à saúde no Sistema Único de Saúde, e autoriza o Poder Executivo federal a instituir serviço social autônomo denominado Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde; tendo parecer da Comissão Mista; pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação desta.

Posicionamento: APROVAR

ITEM 3 – PLP 461/2017 - Discussão em turno único, do Projeto de Lei Complementar nº 461, de 2017, que dispõe sobre o padrão nacional de obrigação acessória do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), de competência dos Municípios e do Distrito Federal, incidente sobre os serviços descritos nos subitens 4.22, 4.23, 5.09, 10.04, 15.01 e 15.09 da lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003. Pendente de parecer da Comissão Especial. Tendo pensado o PLP nº 485/18.

Posicionamento: APROVAR

ITEM 4 – PLP 459/2017 – Continuação da discussão em turno único, do Projeto de Lei Complementar nº 459, de 2017, que “Altera a Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964, para dispor sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários dos entes da Federação, e a Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para prever o protesto extrajudicial como causa de interrupção da prescrição e para autorizar a administração tributária a requisitar informações a entidades e órgãos públicos ou privados.”.

Posicionamento: APROVAR

ITEM 8 - PL 693/2019 - Que altera a Lei do Parcelamento do Solo Urbano, para assegurar o direito de permanência de edificações na faixa não edificável contígua às faixas de domínio público de rodovias e ferrovias e para possibilitar a redução da extensão dessa faixa não edificável por lei municipal ou distrital.

Posicionamento: APROVAR

CCJC – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

DATA: 15/10 às 14h - Anexo II, Plenário 01

ITEM 2 - PLP 307/2002 – Acrescenta dispositivo à Lei nº 101, de 04 de maio de 2000, de modo a excluir do limite de gasto com pessoal os recursos advindos do FUNDEF, nos termos do art. 60, § 5º do ADCT. **RELATOR: Dep. Enrico Misasi (PV-SP) PARECER: pela inconstitucionalidade.**

Posicionamento: APROVAR O PARECER

ITEM 6 – PEC 179/2012 – Dá nova redação ao art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal, para dispor sobre a possibilidade de acumulação de cargo de policial com a de um cargo de professor ou de um cargo privativo de profissionais de saúde, e define os cargos de policial estadual e federal e os cargos de guarda municipal como cargos técnicos ou científicos. **RELATOR: Dep. Léo Moraes (PODE-RO) PARECER: Pela admissibilidade.**

Posicionamento: REJEITAR O PARECER

ITEM 8 – PEC 48/2015 - Acrescenta dispositivos aos arts. 159 e 198 da Constituição Federal, para determinar que a União entregue aos Municípios parte da arrecadação das contribuições sociais sobre a receita ou o faturamento e sobre o lucro, para aplicação em ações e serviços públicos de saúde. **RELATOR: Dep. Luizão Goulart (REPUBLIC-PR) PARECER: Pela admissibilidade.**

Posicionamento: APROVAR O PARECER

ITEM 12 – PEC 438/2018 - Altera os arts. 37; 167, III; 168 e 239 da Constituição Federal e acrescenta ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias os arts. 36-B e 115, para conter o crescimento das despesas obrigatórias, regulamentar a regra de ouro, instituir plano de revisão das despesas, e dar outras providências. **RELATOR: Dep. Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ) PARECER: Pela admissibilidade.**

Posicionamento: APROVAR O PARECER

ITEM 52 - PL 6448/2016 – Altera o art. 19 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para incluir instrumentos que garantam que a equidade regional seja princípio norteador para a aprovação dos projetos apreciados pelo Ministério da Cultura e que a divulgação das informações dos projetos aprovados, no âmbito da Lei, seja ampla e irrestrita. **RELATOR: Dep. Pompeo de Mattos (PDT-RS) PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e da Emenda da Comissão de Cultura.**

Posicionamento: REJEITAR O PARECER

CCJC – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

DATA: 17/10 às 9h30 - Anexo II, Plenário 01

ITEM 15 – PEC 362/2017 – Acrescenta parágrafo único ao art. 30 da Constituição Federal, para prever prestação de contas simplificada para os Municípios de menor porte e para transferências de pequeno vulto. **RELATOR: Dep. Eduardo Bismarck (PDT-CE) PARECER: Pela admissibilidade.**

Posicionamento: APROVAR O PARECER

CSSF – COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

DATA: 16/10 às 9h30 - Anexo II, Plenário 07

ITEM 53 - PL 2383/2019 – Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para tornar obrigatória a existência da Estratégia de Saúde da Família (ESF), antigo Programa Saúde da Família, em municípios com mais de quarenta mil habitantes. **RELATOR: Dep. Jorge Solla (PT-BA) PARECER: Pela rejeição.**

Posicionamento: APROVAR O PARECER

CFT - COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

DATA: 16/10 às 10h - Anexo II, Plenário 4

ITEM 2 – PL 9617/2018 - Institui a gestão compartilhada, destinada ao acompanhamento orçamentário, financeiro e físico da execução de obras, da prestação de serviços públicos e da aquisição de materiais e equipamentos, por grupos de cidadãos organizados em aplicativos agregadores disponíveis na internet ou na telefonia celular. **RELATOR: Dep. Júlio Cesar (PSD-PI) PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação do PL 9617/2018 e das emendas de Plenário 1,2,3 e 4.**

Posicionamento: REJEITAR O PARECER

ITEM 3 - PLP 463/2017 - Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para estabelecer critérios para isenção de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) sobre as exportações de serviços para o exterior do País. **RELATOR: Dep. Paulo Ganime (NOVO-RJ) PARECER: pela aprovação, com substitutivo.**

Posicionamento: REJEITAR O PARECER

ITEM 20 - PL 4022/2008 - Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre o salário mínimo profissional do Assistente Social. **RELATOR: Dep. Hildo Rocha (MDB-MA) PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 4.022/2008, do PL nº 5.278/2009, apensado, e do Substitutivo da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público; e pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária das Emendas nºs 1/2010 e 2/2010 apresentadas na Comissão de Finanças e Tributação.**

Posicionamento: REJEITAR O PARECER



PLENÁRIO DATA: 15/10/2019 às 14h

ITEM 3 - PL 5478/2019 (Cessão Onerosa) – Estabelece critérios de distribuição dos valores arrecadados com os leilões dos volumes excedentes ao limite a que se refere o § 2º do art. 1º da Lei nº 12.276, de 2010, e dá outras providências.

Posicionamento: APROVAR

ITEM 4 - PEC 6/2019 (Segunda sessão de discussão, em segundo turno) – REFORMA PREVIDÊNCIA - Modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição, disposições transitórias, e dá outras providências. (PEC da Previdência). Parecer nº 113, de 2019, da CCJ, Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável à Proposta com com as Emendas nºs 52; 82; 197, nos termos da subemenda nº 1; 326; 374; 483; 493; com as Emendas de relator nºs 494 a 502; e contrário às demais emendas.

Posicionamento: APROVAR

CCJ - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E DE CIDADANIA

DATA: 16/10 às 10h - Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

ITEM 4 – PEC 10/2019- Altera a Constituição Federal para autorizar a União a reter recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e transferi-los aos Municípios na hipótese de ausência de repasse do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). **Relator: Senador José Serra (PSDB/SP) Relatório: Favorável à Proposta.**

Posicionamento: APROVAR O PARECER

ITEM 9 - PLS 534/2018 - Dispõe sobre instrumento de cooperação federativa para transferência à União de competências educacionais de Estados, Distrito Federal e Municípios. **Relator: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE) Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.**

Posicionamento: REJEITAR O PARECER